

Educação bilíngue para surdos: uma experiência Portuguesa

Paulo Vaz de Carvalho

O Instituto Jacob Rodrigues Pereira (IJRP) tem sido, desde a sua fundação em 1823, a principal escola de referência para o ensino de surdos em Portugal. Este período inicial foi essencialmente marcado pela criação do primeiro Instituto de “surdos-mudos”¹ no nosso país, em 1823, por acção do rei D.João VI que fez chegar a Portugal o professor de surdos sueco Per Aron Borg com o objectivo de implementar o ensino de “surdos-mudos” no nosso país. Ao nível dos Métodos de ensino de surdos, todo este primeiro período será influenciado pelo Método do professor Per Aron Borg².

Politicamente, este primeiro período foi caracterizado por uma grande instabilidade do Instituto, ora estando sob a tutela do Rei, ora sob a tutela da Casa Pia de Lisboa, ora sob tutela dos Asilos Municipais, autonomizando-se, por vezes, mas sem sucesso. A sucessiva mudança de directores, professores e respectivas instalações do Instituto contribuiu para que o ensino de surdos não se desenvolvesse da melhor forma.

Um *segundo período* da História da Educação de Surdos, em Portugal, foi essencialmente caracterizado pela *organização e institucionalização* do ensino de surdos, com a introdução em 1905 do método oral puro de ensino de surdos que tinha como modelo o Instituto Nacional de Surdos de Paris, com a criação, em 1922, do Instituto Jacob Rodrigues Pereira (IJRP) e mais tarde, principalmente, a partir dos anos cinquenta, pela acção do Provedor da Casa Pia de Lisboa (CPL), o Dr. Campos Tavares. Este Provedor da CPL participou de vários congressos internacionais³, investiu na especialização de professores para o ensino de surdos, criou a Associação Portuguesa para o Progresso do Ensino de “surdos-mudos”, com a publicação da Revista Bi-Anual, *A Criança Surda*, e fundou em 1953, as novas instalações do IJRP, concentrando o ensino de surdos no mesmo local, que estava dispersa por dois colégios da CPL (colégio de Pina Manique e colégio de D. Maria Pia).

Em 1953, foi introduzido o método Materno-Reflexivo, influenciado pela Universidade de Manchester. Em 1976, foi implementado a técnica Suvag inserida no método verbotonal com grandes ligações à então Jugoslávia. Durante este período, a Língua Gestual Portuguesa (LGP) permaneceu no IJRP e, embora de forma clandestina, continuou a desenvolver-se. Foi por essa razão

¹ Denominação da época.

² Método baseado na Comunicação Gestual com suporte na língua escrita e no Alfabeto Manual sueco.

³ Congresso Internacional de Groningen e de Roma.

que, em 1992/93, esta língua é recuperada da clandestinidade e aos poucos inserida como meio de instrução dos alunos surdos, dando origem à introdução sistemática e científica do modelo de ensino bilíngue de surdos tendo como modelo a Universidade de Gallaudet, nos EUA e o Instituto de surdos de Manilla, na Suécia. Esta recuperação da LGP, no IJRP, viria a ter uma grande influência no reconhecimento legal desta língua em 1997 na Constituição da República Portuguesa dando início a um terceiro período na História do ensino de surdos, em Portugal.

Assim, no ano lectivo de 1993/94, a nova direcção do IJRP composta pela Dr^a Maria Augusta Amaral e pelo Dr. Amândio Coutinho traçou as principais linhas orientadoras de educação e ensino no IJRP tendo como base um estudo efectuado entre 1990 e 1992 para avaliar a situação efectiva das crianças surdas ao nível comunicativo e cognitivo à semelhança do que se vinha fazendo a partir dos anos 60 e 70 do século XX nos EUA. As linhas orientadoras eram as seguintes:

- o processo de reabilitação da surdez é um processo sequencial e contínuo desde o diagnóstico à integração sócio-profissional;
- o processo de reabilitação implica a intervenção de uma equipa multidisciplinar onde terão de estar implicados os pais, os médicos especialistas, os técnicos de reabilitação e todo o ambiente social com especial relevo para a comunidade surda e suas organizações;
- o processo de reabilitação, atendendo à reforma educativa e à especificidade da criança surda, implica um projecto educativo individual;
- o processo de reabilitação deve assentar no reconhecimento de que a língua gestual é a língua materna da criança surda profunda;
- o desenvolvimento do processo de reabilitação da criança surda deve assentar no bilinguismo como estrutura fundamental;
- a intervenção educativa do IJRP pressupõe a relação integrada e a partilha com instituições e serviços com intervenção técnica ou científica na mesma problemática;
- a produção e divulgação de conhecimentos resultantes das investigações, de práticas educativas e de interacções a nível nacional são determinantes para a evolução do processo de reabilitação;
- a avaliação contínua é uma estratégia permanente e fundamental ao desenvolvimento deste modelo educativo.

Para além destas linhas orientadoras, a direcção do IJRP tinha como objectivo, a curto prazo, a implementação das seguintes medidas que consideravam imprescindíveis para o sucesso educativo dos alunos surdos:

- reconhecimento da língua gestual como primeira e língua natural dos surdos;
- introdução dessa língua não só na escola como veículo de comunicação, mas também, como parte integrante dos currículos escolares;

- incentivo da aprendizagem da língua gestual pelos pais, pelos professores e por todos os intervenientes na educação das crianças surdas;
- estudo aprofundado da língua gestual Portuguesa, não só por parte dos surdos adultos como dos professores ouvintes;
- o estudo e implementação de um modelo educativo assente no bilinguismo;
- contacto com surdos adultos e associações de surdos que conduzam à interiorização por parte dos alunos de modelos e condutas e da cultura da própria comunidade de surdos.

Iniciou-se, desta forma, uma mudança de paradigma na educação de surdos em Portugal. No entanto, para que a implementação do ensino bilíngue se tornasse numa realidade era necessário que, legalmente, alguns direitos da comunidade surda fossem aprovados como o reconhecimento da LGP ao nível da Constituição da República Portuguesa, a aplicação da LGP à educação de crianças e jovens surdos, aprofundar as investigações académicas na área da LGP e surdez e a formação de professores surdos, ouvintes, técnicos, familiares de surdos e de todas as comunidades educativas das escolas onde existissem surdos.

Um dos primeiros passos dados para a resolução destes problemas surgiu em 1994 com a publicação da obra *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa* de Maria Augusta Amaral, Amândio Coutinho e Raquel Delgado Martins.

Neste livro, os autores fizeram uma aprofundada descrição gramatical da LGP tendo como base o modelo de análise gramatical que Scott Liddle e Robert Johnson utilizaram para a análise da American Sign language (ASL). Esta obra, vem no fundo, demonstrar a riqueza e complexidade da LGP equiparando-a em estatuto ao nível da Língua Portuguesa.

A partir desta data, iniciou-se um movimento nacional com o grande objectivo de aprovar a LGP na Constituição da República Portuguesa como a língua oficial da comunidade surda. Essa aprovação viria a tornar-se realidade em 1997 com o decreto-lei nº 1/97 referindo que o Estado deve proteger e valorizar a LGP como expressão cultural e instrumento de acesso à educação e à igualdade de direitos das pessoas surdas.

No entanto, esta aprovação não teve um percurso fácil em que vários momentos contribuíram para que essa aprovação se tornasse uma realidade. Assim, em primeiro lugar destacamos a publicação do estudo de Pinho e Melo et al, em 1982, *A Criança Deficiente Auditiva, em Portugal*, em segundo lugar, a publicação do *GESTUÁRIO*, em 1992, pelo SNR, em terceiro lugar a obra *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa*, em 1994, a qual já foi referida. Muito contribuíram, também, as acções de várias personalidades ligadas à educação de surdos e às associações de surdos.

Entre estas personalidades destacamos Maria Augusta Conde Amaral, Amândio Coutinho, José Bettencourt, João Alberto Ferreira e Hélder Duarte.

O grande contributo dado por Maria Augusta Amaral e por Amândio Coutinho para o reconhecimento da LGP prende-se com o seu trabalho no IJRP e com as investigações que paralelamente desenvolviam na universidade.

Duas outras personalidades que se revelaram fundamentais na luta pelo reconhecimento da LGP foram José Bettencourt e João Alberto Ferreira, surdos, que após o seu regresso da Universidade de Gallaudet, nos EUA efectuaram várias formações em LGP, divulgando esta língua pelo país, dignificando-a e elevando o seu estatuto. Organizaram, ainda, várias acções de sensibilização junto da classe política, contribuindo para que a LGP fosse reconhecida na lei.

Outra personalidade de destaque que teve grande influência no reconhecimento da LGP na Constituição Portuguesa foi Hélder Duarte, presidente da Associação Portuguesa de Surdos em 1997. Liderou uma Comissão de várias instituições ligadas à Comunidade Surda, que foi a grande responsável pelo reconhecimento legal da LGP.

As Instituições que integravam esta Comissão eram as seguintes: Associação Portuguesa de Surdos (APS); Associação de Intérpretes de LGP (AILGP); Associação de Pais para a Educação das Crianças Deficientes Auditivas (APECDA); Associação Portuguesa de Técnicos de Reabilitação de Crianças e Jovens Surdos (APTRCJS) e a Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS). Esta Comissão publicou um documento de defesa da LGP.

Assim, em 1997, através da lei 1/97, a Língua Gestual Portuguesa é reconhecida pela Constituição da República Portuguesa como língua da Comunidade Surda Portuguesa, tendo o Estado a obrigação de *proteger e valorizar a LGP como expressão cultural e instrumento de acesso à educação e à igualdade de direitos das pessoas surdas*.

Regressando ao IJRP, como se referiu, Maria Augusta Amaral assumiu a direcção do Instituto e assessorada por Amândio Coutinho deu início à implementação do ensino bilingue de surdos.

Esta implementação do ensino bilingue incidiu, nos primeiros 10 anos, no 1º Ciclo do Ensino Básico e estava organizado em torno de três eixos:

- o desenvolvimento da LGP como primeira língua dos alunos surdos;
- o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua dos alunos surdos;
- a formação em LGP dos docentes e técnicos do IJRP.

No final destes 10 anos, Maria Augusta Amaral efectuou uma avaliação dos resultados da aplicação deste modelo de ensino que viria a apresentar na sua tese de Doutoramento, defendida em 2002 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Embora o desenvolvimento dos alunos surdos, a nível comunicativo e do conhecimento do mundo fosse muito superior aos resultados evidenciados pelo método oralista, os resultados não eram ainda os desejados.

Foram então identificados os seguintes problemas:

- Necessidade de uma intervenção precoce junto das crianças surdas;
- Formação em LGP dos docentes;
- Maior investimento no ensino da leitura e da escrita da Língua Portuguesa;
- Inclusão da LGP como disciplina curricular para alunos surdos;
- Produção de materiais didácticos bilíngues para os vários níveis de ensino.

Deve salientar-se que os dois primeiros problemas identificados (intervenção precoce e formação em LGP) influenciavam directamente a resolução do terceiro problema, ou seja, se os alunos surdos adquirirem tardiamente a sua primeira língua, dificilmente seriam proficientes na segunda língua, assim como, se os docentes não dominarem a primeira língua dos alunos, não conseguirão comunicar com eles e muito menos ensinar os conteúdos que compõem o currículo.

Assim, como resposta ao primeiro problema identificado, a direcção do IJRP, em conjunto com os professores e técnicos iniciaram, em 2005, várias acções de sensibilização em diversos hospitais do país, estabelecendo protocolos e criando equipas multidisciplinares nos hospitais com o objectivo de encaminhar, o mais precocemente possível, as crianças surdas para a escola, proporcionando-lhes, desde os primeiros anos de vida, o contacto com a LGP e com outras crianças e adultos surdos.

Deve salientar-se que, em Portugal, tal como no resto do mundo apenas cerca de 97% das crianças surdas são filhas de pais surdos e por essa razão a maioria dos surdos filhos de pais ouvintes só têm contacto com a língua gestual quando chegam a uma escola de surdos.

Desta forma, foi constituída uma equipa de intervenção precoce constituída por uma formadora de LGP, uma terapeuta de fala, uma educadora de infância especializada na área da surdez, uma psicóloga e uma técnica de serviço social.

A população alvo desta equipa actua em crianças com surdez profunda ou severa com ou sem implante coclear entre os 0 e os 6 anos, incidindo nas crianças com idade compreendida entre os 0 e os 3 anos.

Os modelos de intervenção precoce desenvolvidos por esta equipa são três: O Modelo Domiciliário, o Institucional e o Misto.

Relativamente ao segundo problema identificado, a direcção do IJRP duplicou o número de cursos de formação em LGP para docentes e técnicos e ainda um curso para familiares de alunos surdos.

Quanto ao terceiro problema identificado, como já se referiu, estando resolvidos os dois primeiros problemas, mais facilmente se resolverá o terceiro, no entanto, o IJRP elaborou um programa provisório de Língua Portuguesa para surdos, estando à espera que o Ministério da Educação elabore o referido programa e que será aplicado a todas as escolas de surdos do país e que viria a ser uma realidade em 2011.

Em relação à inclusão da LGP como disciplina curricular para os alunos surdos, foi elaborado em 2008 um programa curricular de LGP pela DGIGC/ Ministério

da Educação e que é obrigatório para todas as escolas de referência de surdos.

Quanto à produção de materiais bilíngues, desde 2006 foi criada uma Unidade de Investigação composta por docentes surdos e ouvintes que têm vindo a desenvolver vários materiais bilíngues para os vários níveis de ensino (desde o Pré-escolar ao 12º ano).

Entretanto, os resultados do ensino bilíngue de surdos começavam a fazer sentir-se, sendo necessário elevar os níveis de escolaridade no IJRP. Foi, então, criado o Curso Básico de Artes Visuais de Nível II, com a duração de três anos e com equivalência ao 9º ano de escolaridade e o Curso Técnico de Revitalização do Património de Nível III, com a duração de três anos e com equivalência ao 12º ano de escolaridade.

A 31 de Julho de 2008, a directora do IJRP, Maria Augusta Amaral reformou-se, sendo substituída por António Ferreira Lopes., ex-director do Colégio de Nuno Álvares Pereira da CPL.

Nesse mesmo ano, relativamente ao Ministério da Educação, é publicado o tão aguardado decreto-lei 3/2008, onde são criadas as Escolas de Referência para o ensino bilíngue de alunos surdos, substituindo as Unidade de Apoio a Alunos Surdos. Nesta lei estão explanadas as estratégias para um boa implementação do ensino bilíngue de surdos, assim como, os critérios para a elaboração de uma referênciação destes alunos, através dos Critérios Internacionais de Funcionalidade (CIF).

IMPEDIMENTOS A UMA APLICAÇÃO EFECTIVA DO ENSINO BILÍNGUE EM PORTUGAL

- Representação social da surdez;
- Estigma;
- Reconhecimento da LGP só em 1997;
- Lei que contempla ensino bilíngue só em 2008;
- Programa da disciplina curricular de LGP só em 2008;
- Programa de Português para surdos só em 2011;
- Falta de dicionários e glossários em LGP para estabilizar e padronizar a língua;
- Falta de materiais didácticos em LGP desde o Pré-escolar ao ensino secundário;
- Falta de materiais para o ensino do Português a surdos;
- Formação de professores (surdos e ouvintes);
- Cerca de 97% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes que não dominam LGP;
- As crianças surdas, filhas de pais ouvintes não participam das conversas familiares ou quando participam apenas captam cerca de 30% da informação na melhor das hipóteses;
- Não são beneficiados com a informação circundante da sociedade;
- Não interagem com adultos surdos que sejam bons modelos linguísticos.

PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DA APLICAÇÃO DE MODELOS/ PROGRAMAS BILÍNGUES

- Ensino sistemático de vocabulário;
- Produção de materiais bilíngues (Museu, Reis de Portugal, os meus primeiros gestos, História, Físico-química, Matemática, EVT, Língua Portuguesa);
- Ensino do Português a Surdos;
- Formação de docentes surdos;
- Formação de docentes ouvintes;
- Especialização dos Intérpretes;
- Melhorar as acessibilidades.